

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE:
TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO
TRANSFEMINICÍDIO
Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE:
TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO
TRANSFEMINICÍDIO

DYING BEFORE DEATH:
TRACKS AND PARTICULARITIES TO UNDERSTAND TRANSFEMICIDE

Tarcísio Dunga Pinheiro¹
Kallile Sacha da Silva Araújo²

RESUMO

Neste artigo, traçamos algumas ponderações acerca do transfeminicídio, partindo do pressuposto de que o assassinato de pessoas trans no Brasil é simplesmente o desfecho das várias mortes sofridas por essa população. Nosso objetivo é pontuar algumas das mortes simbólicas com as quais travestis e mulheres transexuais convivem, utilizando, enquanto experiência empírica, vivências e relatos de travestis e mulheres transexuais da cidade de Natal (RN) em contextos sociais (empregabilidade, processo de retificação civil, segurança nas esquinas de prostituição). O bojo teórico-discursivo está calcado nas categorias: gênero, sexualidade e violência.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Violência. Transfeminicídio.

ABSTRACT

In this article, we outline some reflections on transfemicide, by assuming that the murder of trans people in Brazil is just the outcome of a set of deaths experienced by this population. Our goal is to highlight some of the symbolic deaths that transvestite

¹ Doutorando e mestre em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN. E-mail: tarccisio@gmail.com.

² Mestranda em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN. E-mail: kallilesasha@hotmail.com.

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

and transsexual women endure every day, by using – as empirical experience – stories and experiences of transvestites and transsexual women of Natal (RN) city in some social contexts (employability, civil rectification process, security at prostitution places). The theoretical-discursive scope is based on the categories: gender, sexuality and violence.

Keywords: Gender. Sexuality. Violence. Transfemicide.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, traçamos algumas ponderações acerca do transfeminicídio, partindo do pressuposto de que o assassinato de pessoas trans no Brasil é simplesmente o desfecho de várias mortes metafóricas sofridas por essa população. Nosso objetivo é pontuar algumas das mortes simbólicas com as quais travestis e mulheres transexuais convivem, utilizando, enquanto experiência empírica, vivências e relatos de travestis e mulheres transexuais da cidade de Natal (RN) em alguns contextos sociais (empregabilidade, processo de retificação civil, segurança nas esquinas de prostituição). O bojo teórico-discursivo está calcado nas categorias gênero, sexualidade e violência.

O conceito de transfeminicídio é recente. A socióloga Berenice Bento, na tentativa de problematizar as tessituras inerentes às mortes de travestis e mulheres transexuais brasileiras, alcunhou esse processo sistemático de assassinatos de *transfeminicídio*. Segundo a autora, “o transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo” (BENTO, 2014, p.2). A autora se debruça em reiterar que há relação de violência entre os corpos de mulheres trans e não trans, indicando que

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando esse feminino é encarado em corpos que nasceram com pênis, há uma ruptura inaceitável com as normas de gênero. Essa regulamentação não está inscrita em nenhum lugar, mas é uma verdade produzida e interiorizada como inquestionável: o masculino e o feminino são expressões do desejo dos cromossomos e dos hormônios. (BENTO, 2016, p.52)

As ponderações de Bento são legitimadas pelos relatórios que denotam a violência letal direcionada às pessoas trans em território nacional. Alguns desses documentos³ computam – erroneamente, como destaca a autora – os assassinatos de travestis e mulheres transexuais sob o mesmo viés classificatório em que são computados os óbitos de homossexuais e, por mais que os aparatos conceituais e metodológicos apresentem lacunas passíveis de tensionamento, é imprescindível frisar que há algo que entrelaça ambas as circunstâncias. Ao percorrer os relatórios, é possível perceber que “gênero”, enquanto marcador social da diferença (BRAH, 2006), opera como o principal balizador crítico e discursivo. Essa afirmativa é comprovada quando se percebe que a quase totalidade dos homicídios direcionados aos homens gays ocorrem com aqueles que mais se aproximam e performam o gênero feminino.

A hipótese de Bento (2014), legitimada pelos relatórios de violência LGBTT, relaciona as categorias gênero e violência para originar o conceito de transfeminicídio e faz necessário evocar discussões imprescindíveis, provenientes das contribuições de antropólogas feministas como Miram Pillar Grossi (1998), Lia Zanotta Machado (2009) e Maria Filomena Gregori (1993). Tais autoras pontuam, a

³ É necessário salientar que, embora o Brasil seja o país onde ocorre a maior quantidade de assassinatos de travestis e mulheres transexuais em todo o mundo, não há nenhuma fonte plenamente confiável para extração desses dados. Atualmente, pesquisas acadêmicas que se inclinam sobre esse recorte recorrem às informações da ONG internacional Transgender Europe (TGEU). A TGEU, por sua vez, utiliza informações de ONGs brasileiras (Grupo Gay da Bahia – GGB e Rede Trans). Porém, os próprios representantes das ONGs brasileiras afirmam que esses dados não representam com a clareza necessária a configuração total desses casos. Eduardo Michels, coordenador do banco de dados da pesquisa do GGB, atesta essa afirmativa ao assegurar que “a subnotificação destes crimes é notória, indicando que tais números representam apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, já que nosso banco de dados é construído a partir de notícias de jornal e internet” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2015).

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

partir de prismas analíticos diversos, como o corpo da mulher é o protagonista da violência de gênero. Nos centraremos nessas pistas conceituais e buscaremos tensionar as categorias gênero, sexualidade e violência com o intuito de reiterar a importância de outras chaves interpretativas que contribuam para o entendimento do transfeminicídio, visando ratificar que o assassinato em si, de travestis e mulheres transexuais, é o resultado direto de mortes outras que acometem o grupo em voga.

MORTE(S) SIMBÓLICA(S) NOS AMBIENTES DE EMPREGO FORMAL

Para problematizar as intempéries que constituem uma das mortes simbólicas recorrentes na vida de pessoas trans, abordaremos algumas narrativas que constituem o cotidiano de travestis e mulheres transexuais da cidade de Natal – RN. A primeira delas é a de Aurora, uma jovem natalense que se identifica como travesti, tem 23 anos, é candomelecionista, abandonou a escola enquanto cursava o primeiro ano do ensino médio e não tem nenhuma profissão definida. “Profissão” e “empregabilidade”, aliás, serão as categorias que nortearão as narrativas do cotidiano da jovem. A ideia é refletir sobre as condições e possibilidades de emprego formal relacionadas às vivências de travestis e mulheres transexuais da cidade de Natal. Temos consciência de que utilizar ponderações e relatos individuais para traçar um panorama geral de um contexto mais amplo, como o da conjuntura de emprego formal para a população em questão, pode não denotar uma justificativa plausível. Porém, os próprios relatos da interlocutora darão margem ou, ao menos, pistas significativas para compreensão de um espectro mais abrangente.

Boa parte das etnografias nacionais que se debruçam sobre as experiências de travestis (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009) salientam que o processo de solidificação identitária dessa população esteve diretamente relacionado às esquinas de prostituição. Essa conjuntura dialoga com os relatos de Aurora quando esta se refere às possibilidades de empregabilidade de pessoas trans, sobretudo travestis, na cidade de Natal.

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

Aurora: *Eu acho assim, todo mundo já sabe o que trava⁴ faz para ganhar aquê⁵, né? Eu, tipo assim, não gosto muito de fazer ploc⁶, mas às vezes, às vezes é o jeito. Pra mim, só vale a pena mesmo quando a bicha consegue ser top, só que quase nenhuma das gatas que eu conheço daqui de Natal consegue. Eu só lembro de [cita o nome de uma conhecida] e de [idem]. Só que foi tudo sorte, entendeu? Porque, tipo assim, as duas conseguiram segurar um gringo. Mas cada uma pegou um, entendeu? [risos]. Mas já faz tempo, eu ainda era meio gayzinha. [...] Programa só dá dinheiro para quem faz a linha mais europeia.*

Pesquisadores: *Você já teve outra profissão? Já trabalhou em algo diferente da prostituição?*

Aurora: *Só uma coisinha ou outra, mas nenhum trabalho babadeiro, sabe? Já fiz faxina na casa de uma amiga da minha mãe e já ajudei na cozinha de um restaurante lá em Ponta [Negra].*

Pesquisadores: *E com carteira assinada?*

Aurora: *Nunca! Nenhuma vezinha!*

Algumas iniciativas têm surgido a nível nacional com o intuito de promover e incentivar a qualificação profissional de travestis e transexuais. No início do ano de 2015, por exemplo, a prefeitura de São Paulo lançou um programa denominado “Transcidadania”, cujo objetivo era subsidiar, além da qualificação profissional, uma maior integração social do público alvo com a sociedade. Para amparar a permanência no curso, as/os participantes do programa receberam no período um auxílio financeiro no valor de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)⁷.

Questionamos Aurora com intuito de saber se ela conhecia ou havia participado de alguma iniciativa semelhante ou de qualquer atividade que impulsionasse a profissionalização e a empregabilidade de travestis e mulheres trans na cidade de Natal.

⁴ Termo êmico utilizado para fazer referência às travestis.

⁵ Termo êmico utilizado para fazer referência a dinheiro.

⁶ Termo êmico utilizado para fazer referência a prostituição.

⁷ Mais informações podem ser obtidas em: <https://goo.gl/Wvmlck>. Acesso em: 3 ago. 2017.

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

Aurora: *Aqui em Natal já teve sim. Eu participei. [...] Foi um curso de Telemarketing, eu gostava. [...] As bichas arrasavam, viu?! Era babado! Só que depois nenhuma foi chamada para trabalhar de verdade, sabia?! Foi uó! [...] A gente acabou só perdendo tempo.*

Pesquisadores: *Você sabe se alguma atividade semelhante aconteceu ou tem acontecido nos últimos tempos?*

Aurora: *Que eu saiba, não! Tem aquelas palestras do SUS [Sistema Único de Saúde], sabe como é? Só que é só isso. E se for de telemarketing de novo, as bichas não vão. Ninguém é boba nem nada. Estamos todas traumatizadas. [risos]*

É comum nos relatos de travestis e mulheres transexuais, conforme apontado por Machado e Rondas (2015), que, ao tentar ingressar no mercado formal de emprego, algumas técnicas de agenciamento da identidade de gênero surjam nesse período inicial do ritual de busca por empregabilidade (envio de currículo pelas pleiteantes à vaga/cargo; seleção do currículo e contato pelas empresas que disponibilizaram a vaga; agendamento da entrevista). Ao chegar ao local das entrevistas, as candidatas (no caso específico das travestis e mulheres transexuais) apresentam a documentação civil e, como os currículos geralmente são preenchidos com o nome social, uma celeuma quase sempre se instaura. Ao perceberem que as requerentes à vaga não são “mulheres de verdade”, são comuns atitudes de transfobia, revestidas pelos dizeres “você não se encaixa no perfil!”.

Aurora relata um caso semelhante ocorrido quando tentava uma vaga de trabalho:

Aurora: *Uma vez foi a maior vergonha. A [loja de departamento nacionalmente conhecida] estava pegando um monte de gente. Eu mandei currículo, e acho que foi pela internet mesmo. [...] Eu botei meu nome mesmo, sabe?*

Pesquisadores: *Social ou civil?*

Aurora: *Social! De garota. [risos] [...] Aí, eles ligaram para o celular de mainha porque na época eu estava sem e falaram que era para eu ir lá conversar com o povo de um lugar... É... Esqueci o nome...*

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

Pesquisadores: [Interrompendo-a] *Recursos Humanos ou Departamento Pessoal?*

Aurora: *Isso! Isso! Eu até estranhei, porque o povo falava que lá [na loja de departamento] só pegavam quem já era formada [referindo-se ao ensino médio]. Aí eu cheguei lá, muito garota. Bem feminina. [...] Aí o homem que conversou comigo, que era um gato [risos], percebeu que eu era travesti. Ou, eu acho que eu falei, nem lembro direito. Eu só sei que ele ficou da cor dessa parede [aponta para uma parede branca]. Tadinho! [risos]*

Pesquisadores: *E o que aconteceu depois?*

Aurora: *Ele disse bem assim: “A gente vai entrar em contato com você!”*

Pesquisadores: *E eles entraram?*

Aurora: *Tu acha? [risos] Até hoje eu espero. A única coisa boa que teve foi ter conversado com aquele pedaço de mal caminho. [ambos rimos] E deixa eu te contar uma coisa... Eu tava super passável, viu?! Se eu não falasse, ele até hoje não dizia que eu não era racha⁸.*

Estar “passável”, dentro do campo simbólico das experiências de travestis e mulheres transexuais, significa estar o mais próximo possível do tipo ideal de corpo e comportamento de mulher “de verdade”, a ponto de características anatômicas e performativas socialmente tidas como masculinas, assim como marcadores biológicos anteriormente perceptíveis, serem completamente escamoteados.

O convívio e a vivência em campo indicam a possibilidade de reflexão acerca da categoria “passabilidade”. Vislumbrada enquanto categoria analítica, ela cria uma perceptível estrutura hierárquica dentro das próprias vivências trans, indicando que existem maneiras mais ou menos legítimas de pertencimento ao gênero e à identidade. Por consequência, ser “mais passável” tem o mesmo sentido de ser “mais travesti” ou “mais transexual”, ou de ter uma identidade de gênero mais verdadeira do que quem é “menos passável”.

⁸ Termo êmico utilizado para referir-se a mulher.

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

Outras perspectivas, como a de classe, por exemplo, podem ser evocadas para exemplificar essa hierarquização da(s) identidade(s) de gênero, por consequência da passabilidade. Seguindo a mesma linha de raciocínio, uma travesti ou mulher transexual que tenha condições de fazer investimentos e intervenções corporais, como inserção de silicone ou feminilização facial, será, conseqüentemente, mais passável do que uma travesti ou mulher transexual que faz a inserção de silicone industrial ou nenhum tipo de intervenção.

Erving Goffman, ao tratar da categoria “estigma”, discorre sobre a interação entre o meio social e o indivíduo estigmatizado. De acordo com o autor, “o indivíduo estigmatizado terá motivos especiais para sentir que as situações mistas provam uma interação angustiada” (GOFFMAN, 2008, p.27). Além disso, o sociólogo atenta para formas e maneiras de subverter ou de encontrar caminhos que tornem esse processo menos social e individualmente menos doloroso.

É possível relacionar o emprego formal, que, geralmente, conforme destacado por Aurora e pelo antropólogo Don Kulick (2008), abarca uma série de violências simbólicas para travestis e mulheres transexuais, às maneiras de subversão desse quadro, conforme reiterado por Goffman. A prostituição surge nesse ínterim como – além de um alento para as diversas condições sociais de exclusão – um modo de travestis e mulheres transexuais demonstrarem que podem, através do agenciamento dos corpos, conseguir uma renda financeira e não serem profissionalmente estigmatizadas.

Os hiatos que constituem as experiências de travestis e de mulheres transexuais em Natal, utilizando como exemplo empírico as considerações de Aurora, coadunam com o quadro das experiências nacionais. Isso porque, de acordo com os dados da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros, 90% (noventa por cento) dessa população encontra na prostituição o único meio de renda (AMCHAM BRASIL, 2017). Tal fato reitera a ideia de relacionar as condições de ausência de empregabilidade a um tipo de morte simbólica com a qual pessoas trans convivem diariamente.

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

MORTE(S) SIMBÓLICA(S) NOS PROCESSOS DE RETIFICAÇÃO CIVIL

A segunda narrativa que produz dados passíveis de ponderações críticas acerca das mortes simbólicas que acometem as travestis e mulheres transexuais está calcada nos inúmeros impedimentos incutidos nos processos de retificação de prenome no assento civil. Para discorrer sobre a complexidade dessas circunstâncias, inclinaremos nossos argumentos em consonância com as inferências de Eva, uma jovem de 25 anos, estudante de psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Bento (2006) e Teixeira (2013), ao referirem-se ao processo transexualizador e ao de requalificação civil, tecem uma crítica aos critérios demasiadamente subjetivos inerentes a esses processos. De acordo com Teixeira,

Ao reivindicar condições para uma existência legitimada socialmente, as pessoas (transexuais) recorrem ao diagnóstico médico como única porta para a cirurgia de transgenitalização e, posteriormente, a autorização para a alteração de sexo e nome nos documentos. (TEIXEIRA, 2013, p.93)

Eva, entretanto, não pensou/pensa em fazer a cirurgia, porém pontua que começou a criar mecanismos para agenciar o seu processo de requalificação civil. Disse ela:

Eva: *Eu me identifico como travesti. Então eu sabia que isso era uma coisa que eu não poderia dizer no meu processo, entende?*

Pesquisadores: *Você pode explicar o motivo?*

Eva: *Eu conheço algumas pessoas que fizeram a solicitação jurídica de mudança do nome e do sexo nos registros. Na verdade, de adequação e não de mudança. [...] Eu já sabia que, por exemplo, eu não poderia dizer que o meu pênis não me causa nenhum incômodo, entendeu? Todas as vezes que eu ia passar pela consulta no psiquiatra ou no psicólogo já sabia que eu tinha que ficar bem atriz.*

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

Pesquisadores: *Por quê?*

Eva: *Porque eu tinha que estar mais próxima que eu pudesse do feminino. Vocês acham que se eu falasse que não tinha nojo, ou vontade de tirar, eles iam liberar meu laudo? De jeito nenhum! Eu ia bem garota [risos] para todas as consultas. Ficava o mais perto que eu pudesse do feminino. Quando eu saía já começava a fala mais mansinho, sabe? Ia sempre com a unha pintada, de vestido, maquiada... Enfim, tudo! Minha amiga dizia que, na época do processo dela, ela só faltava ir com uma batedeira embaixo do braço e com um pano de prato no ônibus.*

Eva informou também que havia discrepâncias nas maneiras como os profissionais lidavam com seu processo. De acordo com ela, algumas vezes se via obrigada a “explicar” ao psiquiatra as particularidades do seu quadro, tido como “anormal”.

Eva: *Ele [o psiquiatra] tinha o prazer de me chamar de transtornada. Eu percebia que para ele era bem ruinzinho comigo. Aí, eu explicava que não se travava mais de um transtorno e sim de uma disforia. Para falar a verdade, nem vejo muita diferença entre uma coisa e outra, mas, como todo mundo sabe que “transtorno” tem a ver com loucura, eu preferia que ele falasse disforia. [...] Eu ainda falava que o termo já havia mudado no novo manual [DSM-V], mas ele nem me dava cabimento. Aí eu preferia não bater de frente, sabe? Sabia que seria pior. [...] E era melhor ser uma transtornada com documento feminino do que uma disfórica sem documento nenhum.*

Ao falar sobre o “novo manual”, Eva está se referindo ao *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais*, que se encontra na sua quinta versão (DSM V). Nele, a experiência transexual, da maneira como é conhecida, está alocada no capítulo denominado “Disforia de Gênero”, diferentemente da quarta versão, em que era alcunhada de “Transtorno de Identidade de Gênero”. Algumas críticas têm sido feitas em todo o mundo a acerca da patologização da transexualidade. Desde o ano de 2010 vem crescendo o movimento de visibilidade trans no Brasil e no mundo. Dentre as suas inúmeras manifestações, vale destacar a publicação de um

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

manifesto de adesão à campanha Stop Trans Pathologization 2012⁹ pelo Conselho Regional de Psicologia em São Paulo e a publicação de um manifesto assinado por ativistas, professoras/es e cientistas de diversos países (BENTO; PELÚCIO, 2012).

Uma análise superficial de alguns dos critérios postos para o diagnóstico da disforia abre um leque para discussão/reflexão. Locuções como “forte desejo”, “forte preferência” e “forte desgosto” compõem o barema do manual, que é diagnóstico e, sobretudo, estatístico. Pergunta-se: o que há de estatístico em critérios tão subjetivos? Como utilizar estatística para diagnosticar vivências de gênero? “Gênero” pode ser concebido como uma categoria diagnóstica?

Essa conjectura de “dubiedade diagnóstica”, aplicada à esfera das microrrelações, reverbera uma gama de desencontros propiciados e vislumbrados quando analisamos empiricamente uma observação como a de Eva e nos deparamos com um relato que, conforme apontado na última citação, confronta e questiona um saber que é responsável pelo laudo da vida ou da morte. Os critérios impostos para o diagnóstico permitem inferir que o saber médico-jurídico pode, nos casos de experiências e vivências trans, definir o rumo da vida de uma pessoa com uma demanda específica sem sequer dominar os códigos aos quais tal demanda está atrelada. Nesse ponto, são válidas as contribuições de Berenice Bento quando, fazendo alusão a esse aparato médico-jurídico que detém o poder de controle e cerceamento da vida de pessoas trans, a socióloga afirma que é “muito poder para pouco saber” (BENTO, 2006, p.75).

Sobre essa conjuntura, Eva reitera:

Eva: Eu discordava de muita coisa, mas o que eu ia fazer? Eram eles que iriam me dar o laudo que ia mudar minha vida. Eu ia questionar? Não, né!? Eu já até ia me acostumando, tipo uma novela. Eu já sabia o que eles iam perguntar e o que eu deveria responder. [...] Às vezes eu tinha vontade de explodir, porque eu

⁹ A campanha Stop Trans Pathologization é uma plataforma ativista internacional, criada com o objetivo de incentivar a realização de ações pela despatologização trans em diferentes partes do mundo.

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

tinha que esperar um bocado de gente dizer que era o que eu já tinha certeza. Pense aí! E ainda tinha a possibilidade de meu laudo ser “negativo”. Ai ai! [respira fundo] Se fosse negativo, eu teria morrido, juro! [...] O dia que eu vi aquele “procedente” no meu processo, foi um dos mais felizes da minha vida.

Mariza Peirano (2006), em *De que serve um documento?*, infere que é o documento que classifica determinada pessoa como um cidadão em um Estado ou nação. Sendo assim, se o processo de retificação civil de Eva não fosse julgado com “procedente”, ela continuaria com toda a documentação registrada com o gênero masculino. Mais que isso, ter se submetido a um aparato médico-jurídico composto por psiquiatras, psicólogos, endocrinologistas, assistentes sociais e advogados, em procedimentos tecnicistas que duraram cerca de dois anos, poderia ter sido um esforço em vão, já que o parecer final do processo é determinado por um juiz que poderia entender que a demanda da jovem era inviável ou “não procedente”.

Surgem questionamentos óbvios desse cenário: essa gama de profissionais está preparada para tatear uma demanda tão específica? É possível afirmar que todos e todas possuem um conhecimento básico sobre gênero? Até que ponto influem as subjetividades (religião, geração, formação) de quem está acompanhando e julgando o processo?

Como afirma Bento (2006), são dispositivos que possuem, muitas vezes, muito poder para pouco saber. Esse poder é capaz de propiciar mudanças radicais na vida de pessoas trans que pleiteiam direitos básicos e necessários para obterem condições mínimas de existência e de reconhecimento. Logo, é inegável que esses itinerários ressoam possibilidades de não classificação de determinados indivíduos, relegando-os a zonas que margeiam a ideia de morte do sujeito.

MORTE(S) SIMBÓLICA(S) NAS ESQUINAS DE PROSTITUIÇÃO

Seguindo a esteira discursiva que move os argumentos acerca das possibilidades de reflexão sobre o leque de mortes simbólicas relacionadas às

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

experiências de travestis e mulheres transexuais, articularemos algumas prerrogativas sobre algumas das “mortes” que demarcam o ambiente da prostituição. Nos acompanharão nessas elucubrações os depoimentos de Sara, uma jovem travesti que possui 25 anos, ensino médio incompleto e não tem religião definida.

As esquinas de prostituição, como indicado anteriormente, constituem um dos principais locais de trocas de experiências e vivências de travestis. Autores e autoras reiteraram em suas etnografias que as “zonas” estabelecem o ponto fulcral de legitimação identitária dessa população (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009). Do mesmo modo, a agenda de políticas públicas para travestis e mulheres transexuais no Brasil possui alguns elementos decorrentes dos cuidados necessários às mesmas, como as políticas de prevenção e controle de HIV/Aids ou as demandas por segurança nos ambientes insalubres.

Pensando nesse quadro mais amplo, indagamos a Sara se na cidade de Natal havia algum tipo de preocupação dos órgãos municipais com a saúde e segurança de travestis e mulheres transexuais do município.

Sara: *Pensarem ou se preocuparem com a gente é o mesmo que água no deserto [risos].*

Pesquisadores: *Então você considera que os serviços de saúde voltados para a cidadania das travestis e mulheres transexuais daqui de Natal são precários?*

Sara: *Se fosse precário estava até bom. [risos] Estou rindo aqui, mas é para não chorar, sabe? Para esse povo, a gente não existe e, quando eles percebem que a agente existe, quer que a gente vire aquele “negoço” que eu esqueci o nome. [pausa para pensar] Ah, lembrei, querem que a gente vire estatística. Só por ser trava ou trans a gente sofre com isso. Somos estranhas para eles.*

Na cidade de Natal, de acordo com as análises e com conversas de representantes de ONGs, a única ação que parte da iniciativa municipal e que ocorre

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

com um mínimo de frequência para a população pesquisada está centrada na prevenção de HIV/Aids. Acerca desse tipo de campanha, Sara responde:

Pesquisadores: *Além da entrega dos preservativos, os órgãos de saúde fazem algum tipo de palestra informativa ou algo do tipo?*

Sara: *Nadinha! Pelo menos eu nunca vi e nem participei. O que eu acho, de verdade, é que para eles a gente não tem nem que se cuidar porque eles acham que eu e as meninas da pista já estamos todas carimbadas¹⁰. Então para que eles vão querer que a gente se preserve?!*

Pesquisadores: *E como você faz para se prevenir e proteger, visto que a prostituição é sua profissão?*

Sara: *Aprendi tudo na pista. A rua foi minha escola e é meu trabalho, sabe? Porque assim... Quando a gente entra na vida, sabe, tem sempre uma mãe da pista. Quando eu comecei a fazer programa eu ainda era um viadinho mal-acabado [risos]. Fui aprendendo tudo com uma mãe, quer dizer, várias mães que eu tive. Aí elas me ensinaram a ficar mais garota [risos] e também a me cuidar, usar camisinha sempre e essas coisas. Até hoje eu lembro delas me dizendo bem assim: “Gata, nunca se sabe quando o bofe está com a piroca envenenada¹¹. Tem que sempre colocar o plástico¹²”.*

Marcos Mariano Viana da Silva, em sua monografia de conclusão de curso, abordou as relações intrafamiliares de travestis e transexuais em Natal – RN, e numa das discussões salienta a função da figura da mãe travesti/transexual para o período de transição da fase de “gayzinho” para o início das vivências travesti e transexual. De acordo com o autor,

Em suas falas, as entrevistadas afirmam que quando decidiram transformar os seus corpos, mudar suas vestimentas, usar maquiagem, recorreram aos ensinamentos de alguma travesti ou transexual mais experiente. [...] essa relação mãe e filha pode ser evidenciada nas dicas de maquiagem, de como se montar e na

¹⁰ Contaminadas com o vírus HIV.

¹¹ Alusão aos possíveis clientes contaminados com o vírus HIV.

¹² Termo êmico utilizado para fazer referência ao preservativo.

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

repetição das práticas estilísticas que delimitam as performances de gênero das travestis e transexuais, evidenciando ainda mais o entendimento da noção de gênero como performatividade constituída ao longo da vida do/as sujeitos/as. (SILVA, 2013, p.58)

Os depoimentos de Sara, a pesquisa de Silva (2013) e as etnografias de antropólogas e antropólogos brasileiros (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009) possuem uma característica em comum: elucidam a maneira como as próprias travestis e mulheres transexuais agenciam possibilidades de reconhecimento e de vivência mais plausíveis, driblando a falta de incentivos municipais, estaduais e federais. Através de diversos rearranjos, elas movimentam o mercado das experiências simbólicas e criam estruturas linguísticas, estéticas, corporais e, inclusive, familiares em resposta à falta desses arranjos nos ambientes externos às zonas de prostituição.

Embora seja profissional do sexo e sempre faça questão de externar que a zona é o principal local de onde vem seu capital financeiro e seu capital cultural (BOURDIEU, 2003), Sara reitera também que a vida na prostituição tem um período determinado. Portanto, o viés geracional permite refletir sobre como a ausência de políticas públicas é impactante e sobre o “prazo de validade” que as esquinas de prostituição impõem.

Sara: *Tipo assim... Eu sou puta, sabe? Minha família sabe, meu ex-namorado sabia, e eu nunquinha fiz questão de esconder de ninguém. Eu sou muito assanhada e junto logo duas coisas que eu gosto: trepar e ganhar dinheiro. Tem coisa melhor? [risos] Antes eu tinha medo da madrugada, mas hoje eu sou cobra criada. Sei quando o cliente é suspeito, sei me defender, fico de olho em tudo. [...] A única coisa ruim é que, desde quando eu entrei na vida, a cafetina, a que ainda era cafetina do ponto naquela época, falou que era para eu aproveitar o tempo de ouro, porque eu não vou ser gostosa assim para sempre, né? [risos]*

Pesquisadores: *E o que você pensa em fazer quando perceber que o “tempo de ouro” está chegando ao fim?*

Sara: *Minha mãe da pista me dá muito conselho. Ela, por exemplo, é presidenta de uma ONG aqui em Natal e ainda faz faculdade. Eu*

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

acho que eu sou meia “miolo mole” para ler e estudar muita coisa, mas lá na ONG ela sempre fala com a gente que esses corpinhos de boneca Barbie não vão durar para sempre. [...] Como eu não fiz a linha europeia e não sou chique e operada terei que me virar de outra forma.

Pelúcio (2009) adota a categoria êmica “europeia” e/ou “top” para referir-se àquelas profissionais do sexo que conseguem/conseguiram manter uma linha tênue de aproximação com o tipo ideal de feminilidade: fazem introdução de próteses de silicone, cirurgia plásticas no nariz e queixo, retirada de costelas para afinar a cintura. Além disso, adquirem um *habitus* (BOURDIEU, 2003) tido por elas como mais requintado, representado pela fluência em mais de um idioma e por viagens periódicas para outros países, sobretudo da Europa. Essas idiosincrasias corporais trazem novamente à tona o debate acerca da categoria passabilidade e de todos os paradoxos que a estruturam.

Consequentemente, a ideia de lacuna torna-se um elemento recorrente nas vivências de travestis e mulheres transexuais que utilizam a prostituição como principal (e às vezes única) forma de sustento e alternativa de convivência. Outro grande ponto negativo que impera sobre os ambientes das “zonas” é a imprevisibilidade de estarem/ficarem expostas em locais onde o limite entre viver e morrer é apenas uma linha tênue, afinal, as interlocuções de Sara e a herança teórico-bibliográfica (dissertações, teses, artigos e livros) sobre o lócus da prostituição dessa população fazem, de maneira direta ou indireta, alusão às intempéries que ele apresenta, vide as ações externas que violentam pessoas trans nos pontos de prostituição – socos, pauladas, facadas, tiros.

Assim, a estrutura organizacional e os aspectos que delimitam essa conjectura permitem cogitar argumentações sobre como os ambientes de prostituição, do mesmo modo que agregam e incorporam pessoas trans, também podem delimitar – e as falas de Sara reiteram isso – outra realidade de morte simbólica e sistemática de pessoas trans, precedendo os assassinatos, como anteriormente debatido.

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU: HIPERBOLIZAR A VIDA PARA JUSTIFICAR A MORTE

As narrativas de Aurora, Eva e Sara, assim como de outras travestis e mulheres transexuais da cidade Natal que poderiam compor este texto, sedimentam o argumento que buscamos defender durante a confecção do artigo. Apontamos a necessidade de pensar que o valor numérico dos assassinatos, de fato, algumas vezes ofusca outra conjuntura tupiniquim, que abarca um conjunto de mortes simbólicas às quais estamos sugerindo nomear de *hiperbolização da vida e da morte de pessoas trans*.

Essa análise resulta de uma sistemática observação do *modus operandi* do cotidiano de travestis e mulheres transexuais no país, ilustrada pelos exemplos da cidade de Natal, que possibilita ratificar que essas hipérboles são recorrentes mortes em vida, consequências de uma engenharia social excludente e limitadora.

Uma travesti ou mulher transexual “morre” quando assume a identidade de gênero e é expulsa de casa pelos familiares; “morre” na escola, quando lhe é negado o direito à utilização do nome social ou do banheiro feminino (ANDRADE, 2012); “morre” quando se vê excluída da escola e do ambiente familiar e tem como principal – e às vezes única – maneira de sustento a prostituição (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008); “morre” no processo de retificação de prenome no registro civil, quando é obrigada a se submeter a uma bateria de laudos médico-jurídicos de profissionais como psiquiatras, psicólogos, endocrinologistas, assistentes sociais e advogados, que julgam se sua demanda de identidade de gênero é de fato procedente (BENTO, 2006; PINHEIRO, 2016); “morre” no sistema público de saúde, quando as políticas de prevenção e controles das DSTs e da Aids não são satisfatórias ou não suprem a necessidade da população trans (PELÚCIO, 2009).

Butler assinala a assimetria relativa às vidas consideradas precárias. Essa discrepância emana dos mais diversos contextos e se materializa de forma mais explícita quando situações de exposição ao perigo vêm à tona – doenças e

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

enfermidades, migrações forçadas, pobreza extrema, perigo e morte (BUTLER, 2015). Assim sendo, as experiências trans corroboram o pressuposto de precariedade quando as condições hiperbólicas de vida e morte são acentuadas e legitimadas socialmente, conduzindo essas vivências às sanções resultantes dos enquadramentos – vulnerabilidade, punições, ausência de luto.

Os construtos teóricos de Butler, as falas das interlocutoras citadas e o arcabouço bibliográfico que mediou os debates aqui presentes, pensados e relacionados com as categorias gênero, sexualidade e violência, dão margem à reflexão de como a população de travestis e mulheres transexuais brasileiras passam cotidianamente por um processo de “conta-gotas” de cidadania. A busca diária por inserção nas camadas mais simples de vivência e existência contrastam com a inserção nas mais densas camadas de violência, em que o(s) assassinato(s) tornam-se um produto direto de mortes simbólicas latentes e recorrentes.

REFERÊNCIAS

AMCHAM BRASIL. Transgênero, transexual, travesti: os desafios para a inclusão do grupo no mercado de trabalho. **Estadão**, São Paulo, 10 abr. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/9WdY6d>>. Acesso: 27 jul. 2017.

ANDRADE, Luma. **Travestis na escola**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

_____. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: Edufba, 2016. p. 43-68.

_____. Brasil: país do transfeminicídio. **Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, 5 jun. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/kXgdUJ>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, jan./jun. 2006, p. 329-376. Disponível em: <<https://goo.gl/SsNhPj>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. PEDRO, Joana Maria. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2009.

INTER-LEGERE

MORTES QUE PRECEDEM A MORTE: TRILHAS E PARTICULARIDADES PARA A COMPREENSÃO DO TRANSFEMINICÍDIO

Tarcísio Dunga Pinheiro
Kallile Sacha da Silva Araújo

MACHADO, Lucília Regina; RONDAS, Lincoln Oliveira. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v.10, n. 1, p. 192-205, jun. 2015.

PEIRANO, Mariza. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p.25-50.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

PINHEIRO, Tarcísio. **Entre elas**: políticas públicas e cidadania de travestis e mulheres transexuais de uma ONG em Natal/RN. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório da violência LGBTT 2015. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/qQ2dHK>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

SILVA, Marcos Mariano Viana. **Relações intrafamiliares de travestis e transexuais em Natal – RN**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

TEIXEIRA, Flávia. **Dispositivos de dor**: saberes-poderes que (con)formam as transexualidades. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2013.